



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, é com satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Sinosserra Administradora de Consórcio S/A, colocamo-nos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários.

RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Diretores e Acionistas da

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as Demonstrações Financeiras da **SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do seu resultado abrangente, das variações nas disponibilidades dos grupos e dos recursos coletados e utilizados dos grupos para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.** em 31 de dezembro de 2019, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, as variações do seu fluxo de caixa, as variações do seu resultado abrangente, as variações nas disponibilidades dos grupos e a movimentação dos recursos coletados e utilizados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras”. Somos independentes em relação à entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado,

concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a declarar a este respeito.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nosso objetivo é obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil, de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Concluimos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível como o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

As Demonstrações Financeiras levantadas em **31/12/2018**, apresentadas para fins de comparabilidade, também foram por nós auditadas sendo emitido relatório de auditoria independente em **27/03/2019**, sem ressalvas.

Porto Alegre, 16 de março de 2020.



BARBACOVI & CIA. - AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/RS 2735

Antenor Barbacovi
Contador CRC/RS 32.825/O-2
CNAI 322

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Balanço Patrimonial Levantado
em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em R\$ mil)

	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO		
<u>Circulante</u>	9.593	10.822
Caixa e Bancos	61	56
Títulos e Valores Mobiliários	7.479	8.157
Serviços Prestados a Receber	75	10
Adiantamento e Antecipações Salariais	64	35
Impostos a Recuperar	551	1.010
Devedores p/ Compra de Bens	585	542
Devedores p/ Compra de Participações	717	895
Devedores Diversos - País	54	114
Despesas Antecipadas	7	3
<u>Não Circulante</u>	49.514	49.388
Realizável a Longo Prazo		
Devedores p/ Compra de Bens	2.941	3.366
Devedores p/ Compra de Participações	6.325	6.710
Impostos Diferidos a Compensar	216	196
Recursos Ajuizados		
Grupos Encerrados	8.898	10.302
Títulos e Valores Mobiliários	10.547	12.260
Aplicações em Quotas de Consórcios	200	200
Empréstimos a Grupos	15.137	11.194
Devedores por Depósito em Garantia	467	114
Investimentos em Imóveis	4.557	4.783
Imobilizado em Uso	193	222
Intangível	33	41
<u>Total do Ativo</u>	59.107	60.210

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Balanco Patrimonial Levantado
em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em R\$ mil)

PASSIVO

	31/12/2019	31/12/2018
<u>Circulante</u>	35.750	36.021
Dividendos a Pagar	832	263
Fiscais e Previdenciárias	662	665
Provisão para Pagamentos a Efetuar	155	132
Provisão para Férias e 13 Salário c/Encargos	109	70
Credores Diversos - País	2.553	1.756
Recursos a Devolver a Consorciados	30.890	32.709
Provisão p/Contingências Trabalhistas	549	426
<u>Não Circulante</u>	9.795	11.422
Fiscais e Previdenciárias	652	847
Impostos Diferidos	246	273
Obrigações Ajuizadas Grupos Encerrados	8.897	10.302
<u>Patrimônio Líquido</u>	13.562	12.767
Capital Social	4.500	4.500
Reserva de Capital	510	510
Reservas de Lucros	8.552	7.757
<u>Total do Passivo</u>	59.107	60.210

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.**CNPJ 87.852.273/0001-42****Demonstração do Resultado Levantado****em 31 de Dezembro de 2019 e 2018****(Em R\$ mil)**

	<u>2º Sem/2019</u>	<u>Ano 2019</u>	<u>Ano 2018</u>
<u>Receitas Operacionais</u>	<u>11.003</u>	<u>22.286</u>	<u>20.275</u>
Receita de Prestação de Serviços	10.240	18.860	16.567
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	525	1.210	1.755
Outras Receitas Operacionais	238	2.216	1.953
<u>Despesas Operacionais</u>	<u>(11.793)</u>	<u>(22.361)</u>	<u>(17.757)</u>
Despesas com Pessoal	(2.604)	(4.325)	(3.435)
Despesas Tributárias	(1.511)	(3.091)	(2.560)
Despesas Administrativas	(7.027)	(13.444)	(11.575)
Despesas Financeiras	(150)	(457)	(443)
Outras Despesas Operacionais	(561)	(968)	(897)
Resultado Extraordinário	60	(76)	1.153
Resultado antes da Tributação s/Lucros	(790)	(75)	2.518
Imposto de Renda	270	203	(487)
Contribuição Social	94	62	(194)
Resultado Líquido do Exercício	<u>(426)</u>	<u>190</u>	<u>1.837</u>
Resultado Líquido por Ação	<u>(0,0947)</u>	<u>0,0422</u>	<u>0,4082</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

CNPJ 87.852.273/0001-42

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Levantadas

em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018

(Em R\$ mil)

Eventos/Contas	Ano	Capital	Reserva Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Total	
		Social	Ágio Alienação Ações Próprias		Legal	Aumento de Capital	Amortização Prejuízos			Lucros Retidos
Saldo em 31/12/2017		4.500	510	242	997	771	230	4.729	0	11.979
Resultado do Período		0	0	0	0	0	0	0	1.837	1.837
Juros sobre Capital Próprio		0	0	0	0	0	0	0	(786)	(786)
Realização Reserva Reavaliação Destinação do Resultado		0	0	(242)	0	0	0	242	0	0
Dividendos Propostos		0	0	0	0	0	0	0	(263)	(263)
Reserva de Lucros Retidos		0	0	0	0	0	0	788	(788)	0
Saldo em 31/12/2018		4.500	510	0	997	771	230	5.759	0	12.767
Pagto. Dividendos Suplementares		0	0	0	0	0	0	0	(1.000)	(1.000)
Reversão de Reservas		0	0	0	0	0	0	(1.000)	1.000	0
Resultado do Período		0	0	0	0	0	0	0	190	190
Juros sobre Capital Próprio		0	0	0	0	0	0	0	(700)	(700)
Resultado Abrangente Destinação do Resultado		0	0	0	0	0	0	0	3.137	3.137
Dividendos Propostos		0	0	0	0	0	0	0	(832)	(832)
Reserva de Lucros Retidos		0	0	0	0	0	0	1.795	(1.795)	0
Saldo em 31/12/2019		4.500	510	0	997	771	230	6.554	0	13.562

2o. Semestre/2019	Capital Social	Reserva	Reservas de	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Total	
		Capital		de	Legal	Aumento de			Amortização
Eventos/Contas		Ágio Alienação Ações Próprias	Reavaliação		Capital	Prejuízos			
Saldo em 30/06/2019	4.500	510	0	997	771	230	8.154	0	15.162
Resultado do Período	0	0	0	0	0	0	0	(426)	(426)
Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0	(342)	(342)
Destinação do Resultado									
Dividendos Propostos	0	0	0	0	0	0	0	(832)	(832)
Reserva de Lucros Retidos	0	0	0	0	0	0	(1.600)	1.600	0
Saldo em 31/12/2019	4.500	510	0	997	771	230	6.554	0	13.562

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Demonstração do Resultado Abrangente
em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em R\$ mil)

	<u>2º Sem/2019</u> <u>31/12/2019</u>	<u>Ano</u> <u>31/12/2019</u>	<u>Ano</u> <u>31/12/2018</u>
Resultado Líquido do Exercício	(426)	190	1.837
Juros Selic s/ Ganhos Ações	0	2.215	0
Lucro c/ação CPMF	0	1.397	0
Impostos sobre Lucro	0	(475)	0
Resultado Abrangente	(426)	3.327	1.837

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.**CNPJ 87.852.273/0001-42****Demonstração dos Recursos de Consórcio Levantada em
em 31 de Dezembro de 2019 e 2018****(Em R\$ mil)****ATIVO**

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>Circulante</u>	188.719	173.820
Disponibilidades	192	265
Aplicações Financeiras	72.422	63.544
Outros Créditos	116.105	110.011
Bens Apreendidos	20	55
Contribuições a Receber Normais	101.737	97.104
Contribuições a Receber Atraso	3.015	1.826
Contribuições a Receber Ajuizadas	11.333	11.026
<u>Compensação</u>	880.068	815.825
Prev. Mensal Recursos a Receber de Consorticiados	4.223	4.183
Contribuições Devidas aos Grupos Consorticiados - Bens a Contemplar	464.851	428.279
	410.994	383.363
<u>Total do Ativo</u>	<u>1.068.787</u>	<u>989.645</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.**CNPJ 87.852.273/0001-42****Demonstração dos Recursos de Consórcio Levantada em
em 31 de Dezembro de 2019 e 2018****(Em R\$ mil)****PASSIVO**

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>Circulante</u>	188.719	173.820
Obrigações com Consorciados	64.971	67.911
Valores a Repassar	5.502	4.654
Obrigações com Contemplações	51.828	47.067
Obrigações com a Administradora	8.108	3.457
Recursos a Devolver a Consorciados		
Ativos	22	17
Recursos a Devolver a Consorciados		
Desistentes	46.447	39.536
Recursos do Grupo	11.841	11.178
<u>Compensação</u>	880.068	815.825
Recursos Mensais a Receber de		
Conсорciados	4.223	4.183
Obrigações do Grupo	464.851	428.279
Bens a Contemplar	410.994	383.363
<u>Total do Passivo</u>	<u>1.068.787</u>	<u>989.645</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Demonstração das Variações das Disponibilidades dos Grupos Levantada
em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em R\$ mil)

	<u>2º Sem/2019</u>	<u>Ano 2019</u>	<u>Ano 2018</u>
<u>Disponibilidades no Início do Período</u>	67.588	63.809	51.234
Depósitos Bancários	413	265	1.423
Aplicações Financeiras	67.175	63.544	49.811
(+)Recursos Coletados	53.628	101.067	97.762
Contribuições p/Aquisição de Bens	39.617	73.732	74.097
Taxa de Administração	9.570	17.516	15.252
Contribuição ao Fundo de Reserva	256	473	442
Rendimentos de Aplicações Financeiras	477	1.330	1.358
Multas e Juros	279	518	327
Prêmios de Seguros	927	1.840	1.672
Outros	2.502	5.658	4.614
(-)Recursos Utilizados	48.594	92.254	85.187
Aquisição de Bens	33.623	63.945	53.658
Taxa de Administração	9.591	17.518	15.355
Multas/Juros Repass.Administradora	138	257	193
Prêmios de Seguros Pagos	921	1.828	1.651
Devoluções a Consorciados Desligados	468	1.213	1.093
Outros	3.853	7.493	13.237
<u>Disponibilidades no Final do Período</u>	72.622	72.622	63.809
Depósitos Bancários	200	200	265
Aplicações Financeiras	72.422	72.422	63.544

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Levantadas
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em R\$ Mil

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA., é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Cância Gomes, nº 344, Porto Alegre - RS, que tem por objetivo a administração de consórcios destinados à aquisição de bens de consumo durável por seus participantes.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07 e 11.941/09, nos Pronunciamentos, Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores e também às normas do Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

A Administração entende que as Demonstrações Financeiras representam adequadamente a posição financeira e patrimonial, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, as variações dos seus fluxos de caixa, as variações dos recursos de consórcios e as variações nas disponibilidades dos grupos.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas Demonstrações Financeiras estão descritas a seguir:

a) Estimativas Contábeis

A elaboração de Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Empresa use julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, impostos diferidos, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores a 90 dias, ou para os quais inexitem multas ou quaisquer outras restrições de resgate imediato.

c) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e, incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transações diretamente atribuíveis.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descrito abaixo:

c.1) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado, se a Empresa gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

c.2) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado, por meio de utilização do método de taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

d) Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos contratuais. A empresa não identificou valores no longo prazo e, relevantes no curto prazo, a serem ajustados ao valor presente.

e) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção. Nos termos da Lei nº. 11.638/2007, as depreciações dos ativos foram computadas com base na vida útil do bem, de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 09, considerando o valor residual esperado. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e, custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos.

f) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e provisão perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são representados por aquisições de software e taxas de manutenção de marca.

g) Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

h) Outros Ativos e Passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

i) Passivos Contingentes e Obrigações Legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e, os passivos contingentes, avaliados como perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados; **(ii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de eventuais processos em que a Empresa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

Foram calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, sendo apurados com base no lucro real.

k) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, observado o regime pro rata dia, exceto quanto à taxa de administração e as comissões de vendas, que são registradas pelo regime de caixa, conforme determinam as normas do Banco Central do Brasil.

NOTA 04 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – CIRCULANTE

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Cotas de Fundos Referenciado	6.042	6.375
Cotas de Fundos Multimercado	1.437	1.782
Total	<u><u>7.479</u></u>	<u><u>8.157</u></u>

NOTA 05– IMPOSTOS DIFERIDOS A COMPENSAR

Valor referente a CSLL e IRPJ sobre provisões cíveis e trabalhistas.

NOTA 06 – RECURSOS AJUIZADOS DE GRUPOS ENCERRADOS

Os recursos ajuizados são valores a receber e bens apreendidos, referentes a grupos encerrados, cujos controles encontram-se na Administradora, estando esta obrigação registrada na conta “Obrigações Ajuizadas de Grupos Encerrados – Passivo Não Circulante”.

NOTA 07 – APLICAÇÕES EM QUOTAS DE CONSÓRCIOS

Trata-se de aplicações em cotas de consórcios, onde a Administradora somente irá resgatar os valores após a contemplação de todos os demais participantes.

NOTA 08 – EMPRÉSTIMOS A GRUPOS

Referem-se a valores aportados nos grupos de consórcios. Na medida em que os recursos são cobrados os mesmos são devolvidos para a Administradora.

NOTA 09 – IMOBILIZADO

Contas	Taxa % Deprec.	Em Milhares de Reais	
		31/12/2019	31/12/2018
Instalações	1,5 a 4%	5	0
Móveis e Utensílios	2 a 8%	219	221
Sistemas de Segurança	10%	35	35
Computadores e Periféricos	5 a 13%	177	184
Veículos	10%	142	142
Custo Histórico Corrigido		578	582
(-) Depreciações Acumuladas		(385)	(360)
Valor Residual Contábil		193	222

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Referem-se a contribuições e retenções incidentes sobre folha de pagamento e impostos incidentes sobre faturamento, os quais são apropriados e recolhidos mensalmente.

NOTA 11 – VALORES A DEVOLVER A CONSORCIADOS DESLIGADOS

Estão representados, basicamente, por recursos a distribuir relativos a fundo de reserva e as obrigações a pagar a consorciados desistentes de grupos encerrados. Os mesmos se encontram a disposição dos beneficiários.

NOTA 12 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS TRABALHISTAS

As ações judiciais (trabalhistas) foram provisionadas com base em opinião de assessores jurídicos, quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável (perda em primeira instância ou instâncias superiores).

NOTA 13 - PROVISÃO IMPOSTOS SOBRE LUCRO DIFERIDO

Trata-se de provisão de IRPJ e CSLL incidentes sobre ativos reavaliados, sendo realizada à medida que os ativos são depreciados ou alienados.

NOTA 14 – RECONCILIAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA

A reconciliação entre a despesa com imposto de renda e contribuição social e as alíquotas efetivas está assim demonstrada:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro antes da CSLL/IRPJ	3.536	1.733
Adições		
Provisões Não Dedutíveis	176	76
Outras adições	151	421
Exclusões		
Juros s/Capital Próprio	(700)	0
Receita c/Recuperação de Tributos	(2.215)	0
Incentivo Fiscal - Lei do Bem	(127)	0
Reversão provisões para contingências cíveis e trabalhistas	(58)	(90)
Base de Cálculo da CSLL	763	2.140
Diferimento lucro na venda de ativo permanente	0	(1.145)
Realização Diferimento venda Ativo permanente	110	52
Recuperação Tributos IRPJ	0	(62)
Base de Cálculo do IRPJ	873	985
CSLL – 9%	(69)	(193)
CSLL Diferida a Compensar – 9%	5	(1)
CSLL Resultado Abrangente - 9%	126	0
Total CSLL	62	(194)
IRPJ – 15%	(131)	(148)
Adicional de IRPJ – 10%	(63)	(75)
IRPJ Resultado Abrangente	349	0
(-) Incentivos Fiscais – Dedução	6	5
IRPJ Diferido a Pagar (Provisão) – 25%	28	(272)
IRPJ Diferido a Compensar (Reversão) – 25%	14	3
Total IRPJ	203	(487)

NOTA 15 – PARTES RELACIONADAS

a) Devedores por Compras de Bens

Valor referente à venda de imóveis não de uso. As parcelas são atualizadas pelas variações do IGP-M e geraram uma receita financeira de R\$ 65 (mil).

Partes Relacionadas	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Sinoscar S.A.	336	326	1.372	1.658
Zugno & Masbo Ltda	226	201	1.490	1.708
Terceiros	23	15	79	0
Total	585	542	2.941	3.366

b) Devedores por Compra de Participações

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber pela venda de participações as empresas Companhia de Participações Sinosserra (ligada) e Themar Participações Ltda. (controladora), gerando uma receita financeira de R\$ 569 (mil) no 2º semestre de 2019.

Parte Relacionada	Objeto	Circulante		Não Circulante	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Themar Part. Ltda.	Venda ações em tesouraria	117	108	1.388	1.393
Themar Part. Ltda.	Venda participação Therrenos	134	338	0	112
Cia. Sinosserra Part.	Venda participação Guaibacar	466	449	4.937	5.205
Total		717	895	6.325	6.710

c) Títulos e Valores Mobiliários – Não Circulante

O valor de R\$ 10.547 (mil) refere-se à letra de câmbio pós-indexada, adquirida junto à empresa ligada Sinosserra Financeira S.A., com data de vencimento até 26/01/2022.

d) Operações com Empresas Ligadas

A empresa contratou a Sinosserra Prestação de Serviços de Relacionamento e Atendimento ao Cliente Ltda. para que esta prestasse serviços na área de cobranças, resultando em uma despesa de R\$ 1.760 (mil) no ano de 2019 e a Promoservice Promotora de Vendas e Serviços Ltda. para que esta prestasse consultoria na área comercial, resultando em uma despesa em 2019 de R\$ 700 (mil) e em 2018 de R\$ 420 (mil).

A empresa também pagou comissões de vendas às ligadas Sinoscar S.A., Guaibacar Veículos e Peças Ltda. e Tramonto Veículos Ltda., nos valores de R\$ 410.950 (mil), R\$ 192.323 (mil) e R\$ 38.068 (mil), respectivamente.

NOTA 16 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

a) Grupos de Consórcio

	31/12/2019	31/12/2018
Grupos Administrados	21	20
Bens Entregues	569	229
Bens Pendentes de Entrega	476	498
Taxa de Inadimplência	8,77%	7,31%
Consorticiados Ativos	5.250	5.111
Desistentes e Excluídos no ano	941	350

b) **Aplicações Financeiras** - Representam os recursos disponíveis e outros ainda não utilizados pelos grupos de consórcio, ou aplicações efetuadas em nome de consorticiados contemplados as quais são mantidas em conta para aplicação diária em operações à ordem do Banco Central do

Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum e/ou fundo de reserva de cada grupo ou consórcio contemplado, diariamente, não incidindo sobre estes a taxa de administração.

- c) **Bens Apreendidos** - Destina-se ao registro de bens apreendidos de clientes inadimplentes.
- d) **Contribuições a Receber Normais** - São registrados os valores devidos a título de fundo comum e de fundo de reserva, a receber de consorciados contemplados.
- e) **Contribuições a Receber em Atraso** - Registra os valores devidos a título de fundo comum e de fundo de reserva, a receber de consorciados contemplados em atraso.
- f) **Contribuições a Receber Ajuizadas** - Registra o valor das contribuições a receber de consorciados contemplados que estejam em atraso, com ação ajuizada.
- g) **Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados – Compensado** - Nesta conta é registrada a previsão de recebimentos de contribuições ao fundo comum e de reserva de consorciados ativos para o mês de **Janeiro de 2020** sendo que o montante foi calculado com base no preço do bem vigente em **31 de dezembro de 2019**, conforme determina a Circular nº 2.381/93 do Banco Central do Brasil.
- h) **Contribuições Devidas aos Grupos** - Referem-se ao valor total das contribuições ao fundo comum e de reserva devidas pelos consorciados ativos até o final do grupo.
- i) **Conсорciados - Bens a Contemplar** - Referem-se ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras até o final do grupo, calculado com base no preço do bem vigente no período.
- j) **Obrigações com Contemplações** - Nesta conta são registrados os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias.
- k) **Recursos a Devolver a Consorciados Ativos** - Representam os recursos a devolver referentes ao rateio de encerramento do grupo ou pelos excessos de amortização.
- l) **Recursos a Devolver a Consorciados Desistentes** - Nesta conta são registrados os recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos quando do encerramento do grupo, representados por valores efetivamente recebidos para aquisição do bem e fundo de reserva, acrescidos da remuneração contratual.
- m) **Recursos do Grupo** - Nesta conta são registrados os recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, formado pelos valores recebidos a título de fundo de reserva acrescido dos respectivos rendimentos financeiros.

NOTA 17 – RESULTADO ABRANGENTE

O resultado abrangente apurado refere-se a ganho em ação (transitada em julgado) sobre despesas com CPMF desembolsadas em períodos anteriores e os juros selic incidentes sobre a ação.

O ganho com juros SELIC foi excluído da base de cálculo do IRPJ e CSLL, conforme parecer unânime do Processo MS 5024387-55.2018.4.04.71.00 e o resultado abrangente está sendo apresentado líquido dos impostos sobre o lucro.

NOTA 18 – JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Foram distribuídos juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 700 (mil) em 2019 e R\$ 786 (mil) em 2018, calculados de acordo com a Lei nº 9.249/95. Para fins de atendimento a legislação do Banco Central, os juros foram registrados no patrimônio líquido.

NOTA 19 – IMPOSTOS DIFERIDOS S/RECEITAS

Valor referente a diferimento de resultado de venda de ativo permanente a ser realizado em exercício seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receitas de Venda Bens Ativo Permanente	983	1.092
IRPJ Diferido 25%	246	273

NOTA 20 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital Social** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 4.500.000 ações, todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Dividendos Propostos

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Resultado do Exercício	3.327	1.051
Dividendo Obrigatório (25%)	832	263

c) Reserva de Lucros Retidos

A parcela não distribuída dos lucros, que monta em R\$ 1.795 (Mil), foi destinada para a reserva de lucros retidos para futura destinação: aumento de capital, ou distribuição de lucros.

Porto Alegre, 13 de março de 2020.

RAFAEL DA SILVA REIS

Diretor

CPF 224.179.070-20

HUGO PINTO RIBEIRO

Diretor

CPF 183.557.730-04

LUIZ ALBERTO JACOBUS

Diretor

CPF 236.473.610-20

GUILHERME ZUGNO REIS

Diretor

CPF 832.219.210-04

ANDRÉ JACOBUS BERLITZ

Diretor

CPF 007.765.380-71

KÁTIA C. REICHERT DE ANDRADE

Contadora CRC/RS 85.035/O-6

CPF 970.351.730-72